

Público

11-12-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 699 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 10

## Socialistas indignados com o Governo por causa da delação premiada

**Justiça**  
Margarida Gomes

**António Campos diz que se trata de uma "cedência" ao Ministério Público e que o PS "não pode ser o pai desta medida"**

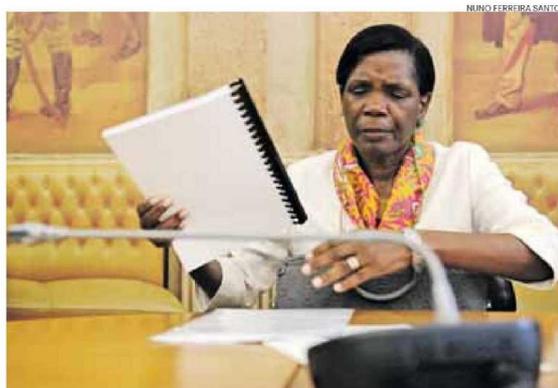
A intenção do Governo de reduzir as penas para quem denuncie crimes de corrupção está a encontrar muitas resistências da parte de figuras do PS. O histórico socialista António Campos é um feroz opositor desta medida que o Governo quer levar a cabo até ao fim da legislatura e que motivou já a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção.

"Sendo o PS o partido da liberdade não pode ser o pai desta medida que representa uma traição total à história do partido, que tanto me custou a ajudar a fundar, e também a todos os valores que levaram à criação do Partido Socialista", insurge-se António Campos, em declarações ao PÚBLICO, alertando para o perigo da "violação" dos direitos fundamentais dos cidadãos, caso o Governo avance nesse sentido.

Afirmando que é preciso pôr a "democracia a funcionar" porque "é a única forma de atacar a corrupção", António Campos, que era próximo de Mário Soares, explica que a "delação premiada serve para tudo menos para combater a corrupção". "Se a delação premiada avançar os direitos fundamentais dos cidadãos ficam em causa, ficamos todos em perigo", adverte.

O fundador do PS não tem dúvidas de que aquilo que o Governo quer fazer "é uma cedência ao Ministério Público (MP)". Na sua opinião, o MP "não tem respeito pelos direitos fundamentais das pessoas". Como deputado constituinte, recorda a "grande batalha" que travou com outros socialistas "para garantir a liberdade contra a libertinagem".

Embora a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, diga tratar-se de medidas "cirúrgicas", António Campos refuta e fala de "traição aos valores do PS". "Leio, mas não acredito, que o partido da liberdade (...) proponha o método fascista do bufo no sistema judiciário", escreveu também no Facebook, deixando



Propostas da ministra da Justiça dividiram o PS

**“A delação premiada será um quisto na democracia que se transformará na prática de mentes doentes em bufos pidescos”**

**Renato Sampaio**  
Líder da concelhia do PS-Porto

uma mensagem: "Aprendam com o que se passa no Brasil ou com o que se passou com o célebre processo do Freeport, no qual um polícia, um dirigente do CDS e outro do PSD inventaram, com a ajuda do MP, um processo de perseguição política."

Igualmente contundente, o ex-deputado do PS Renato Sampaio condena com veemência o "guião" de combate à corrupção do Governo e diz que "envergonha qualquer democrata e socialista". Em declarações ao PÚBLICO, Sampaio afirma não acreditar que o Governo vá para a frente com a delação premiada. "Acho que não vai avançar, não acredito. Se isso acontecer há uma revolta do PS e mesmo do grupo parlamentar socialista", antevê o presidente da concelhia do PS-Porto, que também se insurgiu no Facebook.

"A delação premiada será um quisto na democracia que se transformará na prática de mentes doentes em bufos pidescos. Os juízos especializados [que o Governo defende] não serão mais do que os tribunais plenários do antigo regime. Só faltará mesmo uma polícia especializada para regressarmos aos tempos da PIDE", vaticina, antevendo que o passo seguinte será "o condicionamento da liberdade de imprensa".

A corrupção é um tema familiar ao deputado Ascenso Simões que há dez anos escreveu vários textos, apoiando iniciativas de João Cravinho nesta matéria. "Se as propostas do Governo forem nesse sentido, claro que as apoiarei. Acho que é inevitável que a delação premiada avance", declara ao PÚBLICO.

"Não podemos continuar a andar a fazer que fazemos", observa o socialista, consciente de que o tema é sensível. "Estamos a falar de direitos constitucionalmente previstos e é claro que essa questão deve ser muito bem trabalhada na primeira comissão", defende.

O deputado dá um voto de confiança a Francisca Van Dunem ao afirmar que a ministra da Justiça "não fará uma proposta que atente contra os princípios constitucionais", e acredita que juntamente com o primeiro-ministro, que já foi ministro da Justiça, "saberão encontrar os termos exactos para que as iniciativas não tenham nada que possa ser levado para o limite da constitucionalidade delas mesmo".

mgomes@publico.pt